

Divulgação da Literatura e letramento

Leni Nobre Oliveira

Lançamos livros, mesmo a elite pensando que a gente nem sabia ler. Estou cansado de ser tese faculdade.

Alessandro Buzo

Acho que estamos passando por uma fase em que teremos também de dialogar com as formas canônicas do saber, como a filosofia, a história, a sociologia, pois só assim iremos perceber que a literatura é um diálogo extremamente rico.

Silviano Santiago

Iniciamos este texto com uma indignação que vem atormentando os brasileiros, consciente ou inconscientemente: em plena Era do Conhecimento, às portas do século 21, o Brasil é um país que exhibe uma pesada mancha que depõe contra um dos maiores exportadores de produtos simbólicos – que somos – e de conhecimento da América Latina. Apenas 26% dos brasileiros conseguem ler e entender algo maior do que uma notinha de texto ou texto curto e simples; aproximadamente um quarto da população é analfabeta; apenas 25% dos brasileiros termina o Ensino Médio; em rankings internacionais de leitura, o Brasil é lanterninha, ficando atrás de outros países latinos como Argentina e México; um terço dos alunos brasileiros de 1ª a 4ª série nunca pegou num livro espontaneamente; o brasileiro lê, em média, 1,8 livro ao ano (*Época*, 2006, p. 46). Esses fatos não deveriam estar presentes em um país que, de acordo com a CBL, lança no mercado 30 novos títulos diários em livros, produz, exhibe e exporta a melhor telenovela para o mundo inteiro e lidera o mercado nesse ramo; e ainda tem sua música popular consumida internacionalmente, como o produto simbólico que só perde para o futebol, (NASSIF, 1995, p. 7.) e que é a que mais cresce no mundo, sendo a mais rica do planeta (NASSIF, 1995, p. 7.). Nossa debilidade no quesito alfabetização e na criação do gosto pela leitura não é causada pelas especificidades da língua portuguesa, apontada como difícil, nem por deficiências inatas de nossos alunos, mesmo os mais pobres. Ela pode ser resultado de um sistema educacional que não cumpre os requisitos básicos determinados pelas leis estaduais, municipais e federais da educação.

Nós, professores, vivemos alegando que a culpa pelo fracasso escolar é dos alunos que demonstram desinteresse em aprender, sem nos atentarmos para o fato de que o desinteresse é exatamente consequência de não estarmos conseguindo seduzi-los mais do que os outros meios informacionais disponíveis e entre nós, a maioria parece não notar que o desinteresse do aluno é consequência, e não causa, de nosso atraso educacional. Mas que relação teria o atraso educacional com a Literatura? A sua pertinência está diretamente relacionada com o principal código utilizado na escola – o alfabético – e o principal modo de expressão da literatura – a letra. Por consequência, ambas se pautam pelo livro, como suporte privilegiado na aquisição do conhecimento escolar. Porém, outras demandas informativas disputam a atenção dos indivíduos, sendo elas estruturadas por meio de outros signos e sistemas semióticos cujo acesso parece ser mais fácil que o do código alfabético. Não conseguimos, como educadores, – e cremos que esse é exatamente o maior problema – criar estratégias que tornem o ato de aprender a ler e escrever tão atraente e prazeroso como o de ver televisão, ouvir música e conversar com os amigos, formas essas codificadas por meio de signos orais, visuais ou auditivos, com muita aceitação e uso por todos. Parece-nos que não há necessidade

alguma de ensinar os jovens a gostarem de assistir à televisão ou ouvir música, muito menos em criar-lhes tais hábitos, quando, por se apresentar como artificiais perante as demandas cotidianas, a aprendizagem da leitura e da escrita alfabética vem encontrando barreiras quase intransponíveis, se considerarmos os dados oficiais aqui já arrolados.

A aprendizagem da Língua materna oral e escrita aparece, nesse universo, como um dos elementos indispensáveis no processo de intercâmbio na comunicação, do qual depende o destino dos homens em sua coletividade. Lamentavelmente, se há uma vasta parte da população que não lê nem escreve, numa era em que o signo alfabético se assegura como o maior ponto de apoio das comunicações, principalmente aquelas que se queiram arquivadas, talvez seja porque tenhamos perdido a noção da importância da democratização dos signos e do conhecimento sobre sua organização para todos. Esse entendimento depende de uma estruturação, ou seja, a construção dos códigos demanda um potencial cognitivo que precisa ser trabalhado, e isso não deve interessar exclusivamente à semiótica ou aos profissionais da comunicação, mas a todo indivíduo. No entanto, como as escolas encontram dificuldades em cumprir essa demanda, a população utiliza outras formas de acesso ao saber, ao lazer e ao entretenimento, em detrimento do livro, enquanto a sociedade continua priorizando esse tipo de saber escolar como aquele competente para possibilitar o acesso à cidadania e à disputa no mercado de trabalho.

Os críticos e estudiosos da literatura denunciam o descaso para com a prática da leitura da literatura, considerando, como argumento adequado, que isso acontece devido à sua substituição pelos meios audiovisuais. Nessa discussão, muitas vezes a presença da Literatura nesses suportes é ignorada ou inferiorizada, em nome da preservação de seu suporte canônico – o livro.

Neste estado geral de coisas, observamos mais detalhadamente as relações da literatura com outros espaços – a música, os meios de massa e os espaços escolares e acadêmicos – porque nossa principal hipótese é a de que a literatura tem circulado, junto com os demais conhecimentos, nesses outros espaços muito efetivos na sua disseminação e consagração, por serem meios mais democráticos, solidários e coletivos. Os recursos usados em tais espaços vêm interferindo na produção textual e, desse modo, há, também uma dupla via de beneficiamentos entre a literatura e os meios de sua disseminação.

Para isso, a análise de dois conjuntos de dados foi importante: um coletado a partir de arquivos em suportes fixos, que são as revistas *Veja* e *Época*, os registros de produção de telenovelas, minisséries e filmes, dentre os quais citamos dicionários e livros de memória da televisão brasileira, as indicações de obras literárias para os vestibulares da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, desde 1970, com suas listas de autores e obras indicados, e a lista dos imortais da Academia Brasileira de Letras; outro construído a partir de entrevistas realizadas com 402 vestibulandos concorrentes a uma das vagas nas duas universidades supracitadas, sendo esses considerados representantes do Ensino Médio.

Primeiramente, tratamos da relativização do livro como principal suporte do saber, ao mesmo tempo em que ressaltamos sua importância como arquivo adequado às informações, ao lado da propagação dos conhecimentos por esses outros meios. Estabelecemos também uma vasta discussão em torno da Cultura e de sua armazenagem em suportes diversos, ao mesmo tempo em que a pensamos como propriedade de todos, que deve ser valorizada em sua diversidade natural, resultada dos embates produzidos pelo processo miscigenado de nossa formação.

No caso do letramento, à escola cabe o papel de cumprir essa incumbência com propriedade, porque ele se faz necessário à aquisição dos demais conhecimentos escolares. O letrado faz parte de uma elite cada vez mais diferenciada, devido ao fato de que a própria inserção nesse tipo de código

da comunicação exige uma preparação prévia do usuário, diferentemente do que acontece com os outros códigos, a música e as imagens, aqui em discussão. Ler um livro de literatura exige uma iniciação que não se faz obrigatória para se ouvir música ou ver um filme, por exemplo. O ensino da literatura se torna categórico no espaço escolar, enquanto que a inserção do indivíduo no conhecimento da música e dos recursos visuais não está, necessariamente, vinculada aos conteúdos do Ensino Fundamental e Médio, como disciplinas ou como critério de avaliação. A literatura não pode ser reservada a uma porque isso impede que entendamos o seu modo de transmissão nem a função que ela preenche. E não a justifica nem como disciplina escolar, nem como parte da cultura de todos.

Torna-se necessária, então, a popularização do alfabeto e o incentivo do gosto pela leitura, para que se garanta cada vez mais letrados e, portanto, mais pessoas capacitadas para o uso do livro, o que se torna também uma tarefa bastante complicada. O contato com o livro acontece, quase sempre, na escola. Porém, devemos concordar com um fato: confiamos a alfabetização de nossos filhos e o incentivo ao ato de ler quase sempre aos professores nessas instituições, enquanto assistimos TV e ouvimos música com eles. E corremos sério risco: Cristovam Buarque, em seu artigo *Formação do professor no século 21* alerta que o mais importante desafio da educação contemporânea é formar o professor. Mais até: inventar um novo professor, capacitado a lidar com todas as demandas tecnológicas da informação.

A partir do surgimento dos meios de comunicação de massa e dos recursos imagéticos, tornou-se possível disseminar mais democraticamente as culturas e o conhecimento sobre obras literárias canônicas e não-canônicas, por intermédio dos meios audiovisuais. Nesse caso, enfatizamos dois espaços: todas as redes de televisão desde que foram fundadas, em particular a *Rede Globo*, como disseminadoras de obras literárias por meio de filmes, telenovelas e minisséries, o que beneficia um público diverso, letrado e iletrado, com a divulgação de autores e obras da literatura consagrada; e as listas semanais de autores e obras indicados como os mais vendidos, das revistas *Veja* e *Época*, que foram tomadas como um plebiscito diário de desejos, gostos e escolhas coletivas que levam à constatação de demandas diferenciadas de opções de leitura nesses espaços, pois fica evidente que a população em geral, consome outras leituras diferentes daquelas observadas nas listas de autores e obras consagrados ou em vias de consagração, nos espaços oficiais de ensino da literatura.

Ao concentrarmos nosso interesse na música popular brasileira, como importante divulgadora do gênero lírico, por meio da canção, percebemos sua eficiência maior na disseminação da poesia, se comparada aos livros didáticos e aos esforços escolares. Nesse contexto, percebemos o quanto a rítmica e os recursos naturais da oralidade são utilizados como elementos mnemônicos ancestrais para a aquisição da informação e sua armazenagem. Por isso, a canção alcança uma população mais ampla, possibilitando-lhe o consumo de importante produto simbólico – o texto lírico – normalmente rejeitado pelos estudantes nos bancos escolares, quando disponibilizados por meio do livro.

Fenômeno de inegável importância na formação identitária do brasileiro e de sua memória cultural, a música popular tem sido um dos nossos melhores e mais vendáveis produtos culturais de exportação, principalmente na era da globalização cultural em que as fronteiras entre os países se enfraquecem, é porque há uma melhor compreensão das diversidades e a apreciação mais significativa de fenômenos musicais, em culturas fronteiriças como a nossa. Assim, desvalorizar, minorizar ou recusar a importância da música popular brasileira como veículo de circulação do texto lírico para a juventude e para as diversas camadas populares é negar-lhe o direito de ser representativa de nosso modo de ser como cultura.

Os espaços escolares e a Academia Brasileira de Letras são observados enquanto lugares de organização e de manutenção da Literatura em circulação e em debate, ao mesmo tempo em que ouvimos os vestibulandos com o intuito de conhecer suas escolhas e interesses em relação às práticas de leitura. Observamos o vestibular como instrumento de reflexão sobre o Ensino Médio e as posturas das Instituições de cursos superiores na disseminação, exegese e preservação da Literatura Brasileira e as Leis de Diretrizes e Bases para o ensino das linguagens, dos códigos e de suas tecnologias e suas competências no direcionamento das práticas escolares.

Nesse sentido, a indicação de *Senhora*, de José de Alencar, *Quincas Borba*, de Machado de Assis, *História do Brasil*, de Murilo Mendes, *Viagem*, de Cecília Meireles e *A menina sem estrela*, de Nelson Rodrigues para o vestibular 2007, da UFMG constitui um conjunto que merece nossa atenção. O movimento de tentativa de inclusão, ao mesmo tempo em que se repete a tradição, fica visível quando observamos que, do conjunto de obras, *Viagem*, *História do Brasil* e *A menina sem estrela* foram indicadas pela primeira vez. No entanto, *Senhora* se repete pela segunda vez e *Quincas Borba*, pela terceira nessa Universidade. Entre os autores percebe-se que, embora haja a indicação de um novo autor na lista - Murilo Mendes - a reincidência é nítida, com a indicação de Machado de Assis pela 18ª vez, de Alencar pela 12ª vez, de Cecília Meireles, pela 5ª, e de Nelson Rodrigues, pela 2ª. A novidade é percebida, no entanto, na escolha da obra *Viagem*, de Cecília Meireles, por dois motivos. O primeiro é que nas quatro vezes anteriores, a única obra apontada dessa autora foi *Romanceiro da Inconfidência*. O segundo é que acrescenta mais uma indicação de obra de autora entre os escritores, somando agora 16 mulheres, com 20 obras indicadas, para o correspondente aos 115 escritores, com suas 163 obras. As cinco obras escolhidas pela UFMG para o Vestibular 2007 contemplam um conjunto de autores privilegiados como canônicos das letras nacionais - e de inegável importância - que evidenciam o século XIX e XX, enquanto os contemporâneos deixaram de ser contemplados dessa vez.

Este é um movimento natural na tentativa de se preservar um conjunto de autores e obras sendo estudado e debatido. Pretende-se conservar o antigo, mas inserir também o que é novo. Nesse caso, *Dom Casmurro* e *Missa do galo*, de Machado de Assis foram indicadas juntamente com dois outros “recontos”: *Amor de Capitu*, de Fernando Sabino e *Missa do Galo – variações sobre o tema*, que privilegia seis textos de seis consagrados autores contemporâneos. A quarta obra *Macau*, de Paulo Henriques Britto privilegia um escritor novo nesse cenário. Esse conjunto de obras indicadas para o Vestibular pela PUC-Minas endossa a renovação como critério de preservação da tradição.

Vemos a literatura como uma espécie de pensamento, transcultural e transdisciplinarmente elevado, dado seu grau de simulação de mundos e de interferência nos modos de ser e de pensar humanos. Sendo uma das mais antigas práticas culturais, ela se constitui como instrumento de arquivo da história e da memória coletiva, ao mesmo tempo em que reflete sobre o humano e não raro tem sido usada como forma de ensinamento nas várias modalidades do saber.

Pensamos que a mobilização hermenêutica e exegética desses dados para o presente dá vitalidade à memória arquivística retirando-a do limbo ou de sua condição tumular e atribui-lhe a função de dizer algo ao presente, para que repensemos a atualidade com vistas a compreendê-la e nos prepararmos para o futuro.

Constatamos que, quando somos capazes de alfabetizar, a recepção da literatura acontece, com maior ou menor interesse, e que o problema não se trata de uma rejeição à literatura, mas da incapacidade de os brasileiros lerem e gostarem desse tipo de atividade. Isso porque, ao entrevistarmos os aspirantes a um dos cursos superiores, por serem todos eles letrados, percebemos

que existe um índice muito mais alto de aceitação, de conhecimento e de reconhecimento da importância da literatura – e da alta literatura – do que rejeição ou desconhecimento.

Se resgatarmos nosso sistema educacional básico e decidirmos isso como a mais importante tarefa cidadã, talvez não a confiaremos mais apenas a políticos e educadores. “É a tarefa mais urgente e importante que nos espera neste século que se inicia. Não é condição suficiente para que cumpramos nosso destino histórico, mas é indispensável. É a nossa obrigação para com nossos compatriotas, os que já se vão e os que ainda não vieram. Não podemos falhar” (IOSHPE).

A crise da literatura é a crise na educação, na formação do leitor, na formação da cidadania e, se não fizermos nada, continuaremos a dilacerar nossos olhos e nossos corações diante de documentários como aquele apresentado pela *Rede Globo*, no Fantástico de 30 de março deste ano, resultado de um trabalho de um morador de favela, o *rapper* MVBill, cuja principal denúncia é a presença expressa de seres sub-humanos, no sub-mundo da droga, produtos dos descasos das instituições responsáveis pela preparação dos cidadãos para disputar outras formas legítimas de sobrevivência.

Se nós não fizermos nada, o apuro em que nos encontraremos nos próximos 20 ou 30 anos, advindo das dificuldades em educar, perdurará por muito mais tempo e será impossível resgatar a dignidade necessária para que o Brasil venha a se transformar em um país desenvolvido. Nada será modificado, enquanto os bancos escolares tiverem dificuldades na distribuição democrática dos conhecimentos e das formas de sua aquisição, por meio da capacitação dos cidadãos para a leitura e para a escrita, instrumento primordial na formação cidadã num mundo em que, embora circule, com eficiência, uma imensurável quantidade de produtos simbólicos em outros suportes e em outras demandas semióticas, a cultura pelo letramento é a mais valorizada e legitimada forma de cidadania.

Edgar Morin, (MORIN, 2004.) a convite da UNESCO, elaborou um documento no qual ele expõe os sete saberes fundamentais dos quais a educação do futuro deveria tratar, em toda a sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura. Para ele, tais saberes advêm de problemas centrais totalmente ignorados ou esquecidos pelos órgãos educacionais. São eles as duas cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; o ensinamento da condição humana; o ensinamento da identidade terrena; o enfrentamento das incertezas; o ensinamento da compreensão; e o desenvolvimento da ética do gênero humano. Tais saberes poderiam ser mais bem disponibilizados se a escola se comprometesse a assumi-los como meta, pois a capacidade de aprender a aprender é o maior desafio do homem contemporâneo e tal capacidade está intrinsecamente articulada à capacidade de ler.

Nossa preocupação com a prática da leitura, especialmente de textos literários, e sua disseminação de modo mais democrático tende a oferecer subsídios para a melhoria da qualidade humana, preocupação essa expressa nos Parâmetros Curriculares. A língua escrita é um objeto transdisciplinar por excelência e a literatura se insere nesse contexto como um dos mais efetivos instrumentos de reflexão humana na formação da estética da sensibilidade.

Como expressão do tempo contemporâneo a estética da sensibilidade vem substituir a da repetição e padronização, hegemônica na era das revoluções industriais. Ela estimula a **criatividade**, o **espírito inventivo**, a **curiosidade pelo inusitado**, a **afetividade**, para facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente (PCN, p. 75).

O ensino dos sete saberes delineados por Edgar Morin encontraria na prática da literatura um excelente contribuinte, porque ela lida diretamente com o humano, por ser um produto simbólico de caráter universal, seja ela disponibilizada por meios oficiais - a letra e o livro - ou por outros meios semióticos. Isso porque diferentemente da estética estruturada, própria de um tempo em que os fatores físicos e mecânicos são

determinantes do modo de produzir e conviver, a estética da sensibilidade valoriza a **leveza, a delicadeza e a sutileza. (Calvino)** Estas, por estimularem a compreensão não apenas do explicitado, mas também, e principalmente, do inusitado, são mais contemporâneas de uma era em que a informação caminha pelo vácuo, de um tempo no qual o conhecimento concentrado no microcircuito do computador vai se impondo sobre o valor das matérias primas e da força física, presentes nas estruturas mecânicas (PCN, p. 75).

Por meio da disseminação e da propagação democrática da literatura e das artes em geral, será mais fácil o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade própria dos gêneros, das etnias e das muitas regiões e grupos sociais do País. Por seu caráter transdisciplinar, a literatura não pode e não deve excluir as outras demandas estéticas, já que ela a assume em seu corpo, armazenando aspectos da cultura, de modo muito variado, quando essa é compreendida democraticamente, porque a explica, entende, critica, contextualiza.

Não queremos compor uma elegia para o cânone e para o livro, nem desejamos interferir nas formas institucionalizadas de sua preservação, consideradas por nós aqui como benéficas, adequadas e eficientes para a preservação da cultura, do saber e da arte, mas colocamos em pauta a discussão sobre outras formas de sua preservação e disseminação, enquanto nossos esforços se mantiverem insuficientes para disponibilizá-la para todos, em seu suporte oficial: o livro. Evidenciamos, sobretudo, que, por fazermos parte de uma privilegiada comunidade letrada, devemos ser solidários para com nossos semelhantes, possibilitando-lhes o acesso a essa preciosa arte e manifestação cultural simbólica, como quer Silviano Santiago, cumprindo nosso papel de mudar alguma coisa, pensando em responder ao vendedor ambulante e escritor Alessandro Buzo para mostrar que há vontade de mudar isso.

Talvez, com isso, outras ações solidárias e voluntárias se somem à nossa e não tenhamos que iniciar teses de doutorado sobre a consagração da literatura sob a necessidade de apontar dados vergonhosos sobre nosso sistema educacional, e denunciar nossa incapacidade na formação do leitor, muito antes de sermos incapazes de divulgar a literatura, o que nos condena a uma das piores condições de cidadania do planeta.

Referências Bibliográficas

BUARQUE, Cristóvam. *Formação do professor no século 21. reescrevendo@reescrevendoaeducacao.com.br*, 5/5/2006.

BUZZO, Alessandro. Época, 24 abr. 2006

IOSHPE. Reescrevendo@reescrevendoaeducação.com.br

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília DF: UNESCO, 2004.

NASSIF, Luiz. *Folha de S. Paulo*, 23 abr. 1995.

NASSIF, Luiz. *Folha de S. Paulo*, 23 abr. 1996.

OLIVEIRA, Leni Nobre. *O vestibular como espaço de canonização da literatura brasileira*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teoria da Literatura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, Leni Nobre. *Espaços contemporâneos de consagração e disseminação da Literatura Brasileira*. TESE (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Teoria da Literatura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PARÂMETROSCURRICULARES NACIONAIS para o Ensino Médio. Ministério da Educação e Cultura.